ISSN: 2358-8829

O DITO E O NÃO DITO: REFLEXÕES ACERCA DA MARGINALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Elíude Dias Gondim [1]
Orientadora: Patrícia Formiga Maciel Alves [2]

INTRODUÇÃO

A educação sexual no ambiente escolar, embora reconhecida por organismos internacionais como um direito fundamental das crianças e adolescentes, tem enfrentado históricos obstáculos para sua efetiva inserção curricular no âmbito nacional. Neste sentido, a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, deveria representar um marco regulatório ao propor competências gerais que valorizassem o respeito à diversidade, ao cuidado com o corpo e à promoção da saúde. No entanto, ao examinar o documento em sua materialidade textual, observa-se um movimento ambíguo uma vez que, ainda que temas como identidade de gênero, prevenção de ISTs e direitos sexuais e reprodutivos sejam sugeridos de maneira periférica, há um silenciamento estratégico quando se trata da abordagem explícita e sistemática acerca da sexualidade humana em suas dimensões éticas, afetivas e, sobretudo, políticas.

Assim, mediante as perspectivas de autores como: Sartori (2022), Sousa e Machado (2024), Louro (2008), Lacerda (2019) e Rosemberg (1985), o presente trabalho tem por objetivo central descrever e compreender como a educação sexual é consolidada através da BNCC, reconhecida como o principal documento de normatização curricular do país, atentando assim para os modos como ela trata, restringe e omite o tema. Para isso, secundariamente, visou-se: Identificar os eufemismos, lacunas e omissões presentes nesses trechos; confrontar os termos encontrados com terminologias e abordagens consolidadas pela literatura especializada em educação sexual e discutir de que forma os

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE) da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte - UPECMN eliude.dias@upe.br
[2]Doutora em Sociologia - UFPB. Professora adjunta da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte-UPECMN patricia.formiga@upe.br

silêncios do documento operam como mecanismos de perpetuação da marginalização da educação sexual dentro currículo oficial escolar brasileiro.

Portanto, metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como sendo um estudo qualitativo, definido por Minayo (2007) como sendo um processo onde a coleta de informações se dá por meio da observação e da descrição dos aspectos mais relevantes, com foco na realidade dos dados obtidos. Com ênfase na análise documental, as informações extraídas de documentos oficiais educacionais serviram de base para a análise dos significados e dos posicionamentos relacionados ao problema investigado.

Com vistas a operacionalizar a análise proposta, o presente trabalho encontra-se organizado em três momentos argumentativos complementares. O primeiro, sob o título "A retórica da omissão: uma leitura a partir dos vazios e dos deslocamentos terminológicos", concentra-se nos procedimentos linguístico-discursivos empregados pela BNCC para esvaziar o tratamento da educação sexual, com ênfase nos eufemismos e nas substituições terminológicas que operam um recorte ideológico do tema. O segundo tópico, intitulado "O (não) dito: dissecando os silenciamentos e ausências na BNCC", avança na direção de um escrutínio mais detido das zonas de silêncio do texto curricular, mapeando as exclusões e as hierarquizações de saberes que o documento institui pelo não dito. Finalmente, o último eixo: Implicações para a prática docente e para a escola",encerra a reflexão ao debruçar-se sobre os efeitos materiais desse discurso omissivo, analisando como a ausência de respaldo oficial impacta o fazer pedagógico, expõe os educadores a constrangimentos institucionais e, paradoxalmente, abre espaços para práticas de insurgência e reelaboração crítica no cotidiano escolar.

A RETÓRICA DA OMISSÃO: UMA LEITURA A PARTIR DOS VAZIOS E DOS DESLOCAMENTOS TERMINOLÓGICOS

Para a Análise de Discurso Crítica (ADC) de vertente britânica e latino-americana, compreende-se que a linguagem não é um mero veículo de transmissão de dados, mas um campo de batalha onde se negociam sentidos, se ocultam realidades e se constroem ou desconstroem verdades (Chouliaraki; Fairclough,1999 apud Viera; Gonzalez, 2019). Nesta lógica, a omissão da BNCC é um ato de violência simbólica que, sob a máscara da neutralidade, define quem pode saber, quem pode existir e quem deve permanecer invisível no pacto social brasileiro.

ISSN: 2358-8829

Definido por Pestana (2015,p.904) como “a suavização de uma ideia negativa”, compreendemos o eufemismo como a figura de linguagem que recobre conceitos potencialmente desagradáveis, rudes ou traumáticos com termos mais amenos ou imprecisos. Nos trechos examinados, observa-se um uso recorrente dessa estratégia, que frequentemente desloca o foco da ação para o seu efeito periférico. Ao invés de nomear a sexualidade como um campo de direitos, de prazer, de diversidade afetivo-sexual e de construção identitária, o texto opta por circunscrevê-la a 'temas relacionados à reprodução' e ao conhecimento do 'funcionamento de seu corpo', o que implica uma redução drástica do fenômeno, aprisionando-o na materialidade orgânica e despojando-o de sua densidade histórica, social e subjetiva.

Esse deslocamento eufemístico, ao substituir a política do corpo pela biologia do corpo, não apenas silencia as demandas por autonomia e cidadania sexual, mas também naturaliza a ideia de que a educação sexual na escola deve se restringir a um caráter preventivo e higienista, evitando qualquer confronto com as estruturas de poder, com o machismo, com a LGBTQIAPN+fobia ou com as múltiplas formas de viver e expressar a sexualidade para além do ato reprodutivo.

Superada a fase de identificação dos eufemismos entendendo os impactos oriundos das omissões superficiais, é possível realizarmos uma análise de maior densidade crítica, quando nos voltamos para os “pontos frágeis”, isto é, aspectos logicamente inconsistentes que atravessam o documento. Tais pontos, aqui denominados brechas argumentativas, não são meros esquecimentos, uma vez que se tornam zonas de tensão onde o discurso revela suas contradições. Segundo Sartori (2022,p.7) no documento é possível identificar três destas “zonas” sendo elas: “a sexualidade em sua dimensão biológica, silenciamento das questões de gênero e superficialidade no tratamento dos direitos humanos”. A título de ilustração é possível analisarmos o excerto abaixo, que explicita a prática da “Educação Sexual” nos Anos Finais:

> Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que

> acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo.
> É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e Reprodutiva (BRASIL, 2018, p. 325, grifo nosso).

A análise do excerto da BNCC (2018), quando confrontada com as três zonas críticas identificadas por Sartori (2022), revela um discurso que, embora pretenda ser abrangente, opera por meio de recortes significativos que esvaziam a complexidade da educação sexual.

No trecho, a sexualidade é imediatamente e majoritariamente atrelada a "temas relacionados à reprodução" e ao conhecimento do "funcionamento de seu corpo" e das "modificações físicas". Há uma evidente amarração da discussão ao aparelho reprodutor e às transformações orgânicas da puberdade. Essa abordagem, nos termos de Sartori (2022), reduz a sexualidade a um "destino biológico", ignorando que ela é, antes de tudo, uma construção cultural, histórica e subjetiva (Maia; Ribeiro, 2011).

Em nenhum momento o trecho menciona as palavras gênero, identidade de gênero, orientação sexual, masculinidades ou feminilidade e, talvez, este seja o abismo mais considerável, pois apesar de mencionar o "respeito com o corpo do outro", a BNCC apaga completamente as relações de poder que atravessam os corpos. Ao tratar os estudantes como sujeitos genéricos e neutros, o texto ignora o que esses diversos indivíduos vivenciam a escola, a puberdade e a sexualidade de maneiras radicalmente distintas, marcadas por desigualdades sexuais- estruturais.

Sob a lente do último filtro, a superficialidade no tratamento dos direitos humanos, é possível identificar que os direitos humanos, quando aparecem, são reduzidos a uma perspectiva individualista de "autocuidado" e "autoestima". Há uma profunda superficialidade porque o documento desloca o problema da esfera coletiva e política para a esfera individual e comportamental. A educação em sexualidade, quando tratada sob a lente dos direitos humanos, deveria implicar o reconhecimento da sexualidade como um direito fundamental, que exige garantias estatais, acesso à informação de qualidade e combate a todas as formas de discriminação (Figueiró,2009). Nesse enquadre teórico, as omissões e os mecanismos eufemísticos operados pela BNCC revelam-se muito mais do

que ausências ou atenuações retóricas: configuram-se como estratégias produtivas de poder que fabricam realidades e administram pertencimentos.

Com efeito, o que verdadeiramente importa no discurso curricular não é o que ele declara, mas o que ele silencia e performa a saber, um ato de violência simbólica que, travestido de neutralidade técnica, prescreve quem pode aprender, quem pode (sobre)viver e quem deve ser expurgado da cena educacional, reproduzindo, assim, as assimetrias de gênero que estruturam a sociedade brasileira.

O (NÃO) DITO: DISSECANDO OS SILENCIAMENTOS E AUSÊNCIAS NA BNCC

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou um marco para a padronização do ensino no Brasil, mas também se tornou um termômetro das disputas políticas e ideológicas que marcam a educação contemporânea. (Edel-Navarro, R.; García-López, R. I.; Ferra-Torres, G.E, 2021) Um dos campos mais impactados por essas tensões é, sem dúvida, a educação sexual pois, longe de ser uma lacuna técnica ou pedagógica, o tratamento dado (ou melhor, não dado) às questões de gênero e diversidade sexual na BNCC revela um processo de silenciamento ativo, histórico, moldado por pressões conservadoras e um pânico moral orquestrado.

O primeiro ponto a se destacar é a ausência explícita de termos como “gênero”, “orientação sexual” e “diversidade sexual” no documento final da BNCC. Embora as versões preliminares incluíssem tais conceitos como fundamentais para a promoção do respeito às diferenças e o combate ao preconceito, esses termos foram sistematicamente suprimidos. Em seu lugar, surgiram expressões vagas e genéricas, como “identidade de gênero” (quando muito) ou, de forma mais recorrente, referências à superação de “discriminação” e “preconceito”, sem nomear suas causas estruturais.

Como já observado, o apagamento desses termos, no entanto, não deve ser lido como um simples acaso ou uma falha de redação. Trata-se de um silenciamento político e ideológico profundamente articulado, que opera pela negação da existência de certos sujeitos e de suas experiências no ambiente escolar. Ao recusar a nomeação das opressões, a BNCC dificulta a criação de estratégias pedagógicas eficazes para combatê-las, pois a linguagem aqui não é apenas descritiva, mas constitutiva da realidade: o que não é dito, não pode ser problematizado, tampouco transformado. O silêncio do documento, nesse

ISSN: 2358-8829

sentido, não é vazio; ele é um ato de fala potente que legitima hierarquias (Sousa e Machado, 2024) e reproduz a marginalização.

Esse processo de esvaziamento não ocorreu no vácuo; ele foi o resultado direto de pressões conservadoras massivas durante todo o processo de elaboração da BNCC. Nos anos que antecederam sua aprovação final, organizações religiosas e parlamentares ligadas a bancadas fundamentalistas no Congresso Nacional lançaram campanhas sistemáticas contra as versões preliminares do texto, acusando-as de "doutrinar" crianças e adolescentes para uma suposta "promoção da homossexualidade" e de destruir a "família tradicional". Esse movimento organizado, que contou com forte capilaridade nas redes sociais e em igrejas, logrou intimidar os técnicos do Ministério da Educação e dobrar a redação final a um receituário moral, em que a escola é reduzida a um espaço de transmissão de conteúdos "neutros", uma neutralidade que, na prática, sempre favorece os grupos hegemônicos.

No centro dessa ofensiva, estava o que se convencionou chamar de "pânico moral" em torno da chamada "ideologia de gênero" (Lacerda, 2019). Esse termo, sem qualquer lastro teórico ou científico, foi mobilizado como um espectro para aglutinar temores difusos: o medo da perda de autoridade dos pais, o receio do relativismo moral, a ansiedade frente às transformações nos papéis sexuais e, sobretudo, o horror à possibilidade de que crianças e adolescentes pudessem questionar as normas binárias e heterossexuais. Mais do que um conceito, a "ideologia de gênero" tornou-se um dispositivo de caça às bruxas, que transformou professoras e professores em suspeitos e a educação sexual em um campo de batalha, desviando o foco do que realmente importa: o direito à informação científica, à autonomia corporal e ao desenvolvimento saudável da afetividade. O resultado mais concreto e danoso desse silenciamento é a invisibilização sistemática de sujeitos LGBTQIAPN+ dentro do currículo oficial. Sem a nomeação positiva de suas identidades, esses corpos e existências são relegados ao não-lugar, como se não fizessem parte da comunidade escolar ou da sociedade brasileira.

A BNCC, ao omitir qualquer menção à diversidade afetivo-sexual, deixa de oferecer ferramentas para que escolas possam acolher alunos e alunas que vivenciam essas experiências, negando-lhes o direito fundamental de verem suas histórias e vivências refletidas no conhecimento que lhes é transmitido. Mais do que uma omissão, trata-se de uma violência epistêmica: a escola, ao calar sistematicamente sobre essas

ISSN: 2358-8829

questões, torna-se cúmplice do sofrimento psíquico, do bullying e da evasão escolar que atingem desproporcionalmente a juventude LGBTQIAPN+ (Nascimento, 2023).

Portanto, o tratamento dado à educação sexual na BNCC não pode ser compreendido como uma escolha técnica ou um mero ajuste curricular; ele é um sintoma agudo de um projeto político que busca manter a escola como um território de reprodução das normas dominantes, em detrimento de sua função emancipatória. O silêncio sobre gênero e diversidade não é um vazio a ser preenchido no futuro, mas uma declaração ativa sobre quais vidas importam e quais conhecimentos são legítimos. Enfrentar essa lacuna exige, para além da crítica, a construção de práticas pedagógicas insurgentes, que ocupem os espaços intersticiais do currículo, subvertam o não-dito e devolvam à educação seu compromisso inadiável com a justiça social, a equidade e o respeito radical à diferença.

IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE E PARA A ESCOLA

A escola atua como um campo de investimento continuado na formação dos sujeitos, onde o gênero e a sexualidade são ensinados e reiterados cotidianamente conforme as normas e valores da cultura (Louro,2008). Assim, as implicações desse silenciamento para a prática docente e para o cotidiano escolar são profundas e imediatas e traduzem um apagamento histórico e metodológico acerca do tema e intensas tensões políticas que circundam a elaboração e a implementação do documento (Rosenberg, 1985).

Sendo a escola um ambiente formativo e humanizador, ela se revela como espaço privilegiado para a promoção de uma compreensão abrangente e crítica da sexualidade, compreensão que ultrapasse o viés biologizante e abarque suas dimensões afetivas, culturais, identitárias e políticas. Ao assumir essa tarefa, a instituição escolar afirma seu compromisso com a formação de sujeitos autônomos, informados e capazes de viver sua sexualidade com dignidade, respeito e liberdade. (Santos; Gagliotto, 2017). Isso significa que a educação sexual não pode se limitar a ensinar sobre órgãos reprodutores ou prevenção de infecções; ela deve, sobretudo, desconstruir os preconceitos que geram as mortes diárias e a exclusão afetiva denunciadas por Silva, Maciel e Brabo (2017)

> A intolerância com relação às “minorias” sexuais compromete o próprio direito à vida. Não apenas no que diz respeito às mortes ocorridas quase que diariamente, mas compromete o direito à vida na medida em que impede a manifestação da sexualidade,

> impede que muitas pessoas tenham uma vida plena, livre e feliz. A sexualidade faz parte da essência humana, é expressão do desejo e do amor. Quando, pois, por meio da violência e/ou discriminação alguém priva o(a) outro(a)de exercer sua sexualidade, está violando o direito à vida e à felicidade (Silva, Maciel, Brabo, 2017, p.16).

Todavia, e aqui reside a contradição central do sistema educacional nacional, o mesmo espaço que deveria garantir essa formação é o que, por omissão, expõe seus agentes a ataques sistemáticos. Se a escola é defendida como lócus privilegiado da educação sexual, ela também é o palco onde a disputa política em torno do gênero se torna mais violenta e onde o professor, sem um currículo que o blinde, fica à mercê de pressões externas. Essa conjuntura acaba por colocar os educadores em uma posição de vulnerabilidade institucional e ética sem precedentes, uma vez que, sem o respaldo explícito do currículo oficial, professores e professoras que se dispõem a abordar questões de gênero e sexualidade em sala de aula veem-se desprovidos de um amparo normativo que os proteja contra acusações infundadas, retaliações disciplinares e ataques de grupos conservadores; lacuna que, ao invés de orientar, termina por paralisar a ação pedagógica e desamparar quem ousa tensionar os limites do que é socialmente autorizado a ser dito na escola.

Ao mesmo tempo, a vagueza e generalização das expressões acabam por transferir para o professor a inteira responsabilidade de interpretar o que pode ou não ser dito, criando um terreno movediço em que cada aula sobre afetividade, o corpo ou relações sociais se transforma em um ato de risco pessoal e profissional. Essa insegurança, combinada à falta de formação continuada específica e de materiais didáticos que respeitem a diversidade, leva muitos educadores a optarem pelo silêncio cúmplice, evitando o tema para preservar sua carreira e sua segurança emocional, um movimento que, embora compreensível, consolida ainda mais a escola como um espaço de reprodução das desigualdades, em vez de um território de acolhimento e questionamento crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados pela investigação permitem afirmar que os mecanismos de eufemização e silenciamento operados pela BNCC não são incidentais ou secundários,

mas constituem a própria espinha dorsal do tratamento que o documento confere à educação sexual.

Identificou-se que a sexualidade é sistematicamente reduzida a seu aspecto reprodutivo-fisiológico, enquanto dimensões como prazer, afeto, diversidade e direitos são relegadas ao não dito; que temas caros à cidadania sexual, gênero, orientação sexual, prevenção e violência são omitidos ou tratados com extrema vagueza; e que essa arquitetura lacunar produz efeitos concretos sobre o cotidiano escolar, desamparando docentes e fortalecendo moralidades conservadoras que disputam o projeto educativo brasileiro.

Em síntese, o que se evidencia ao longo desta análise é que, ironicamente, o documento que deveria definir as aprendizagens essenciais em âmbito nacional e que, na prática funcionaria como um marco referencial para orientar o currículo escolar, a seleção e organização dos conteúdos trabalhados, bem como para perpassar a formação dos professores, mantém-se como um ponto de retrocesso quando o assunto é a educação sexual.

Essa ironia não é superficial: ela denuncia que o instrumento concebido para garantir qualidade e equidade à educação brasileira optou, justamente no campo da sexualidade, pelo silêncio, pela omissão e pela rendição às pressões conservadoras e ao pânico moral fabricado em torno da chamada “ideologia de gênero”.Tal retrocesso revela que a ausência explícita de termos como gênero, orientação sexual e diversidade sexual não é um vazio neutro, mas um ato político de invisibilização.

Diante disso, é preciso ratificar que a sexualidade deve fazer parte da experiência humana, das vivências escolares e dos documentos que as norteiam, pois ela está presente nas relações entre estudantes, nas descobertas do corpo, nas perguntas que ficam sem resposta e nas violências que se repetem no âmbito escolar. Assim, silenciar a sexualidade nos currículos não a apaga da escola; pelo contrário, entrega-a ao arbítrio do preconceito, à desinformação e ao sofrimento silenciado de tantos jovens. É necessário, com clareza e coragem, reconhecer, sem eufemismos ou generalizações, que a escola precisa falar sobre gênero, sobre orientação sexual, sobre diversidade e sobre as vidas LGBTQIA+ como parte legítima e central do direito de aprender e de existir. Onde a BNCC cala, a educação deve resistir com ciência, ética e compromisso democrático, para que cada estudante

deixe de ser um espectro invisível e passe a ocupar, finalmente, o lugar de sujeito de direitos no currículo e na vida.

Palavras-chave: Políticas públicas; Base Nacional Comum Curricular; Educação Sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

EDEL-NAVARRO, R.; GARCÍA-LÓPEZ, R. I.; FERRA-TORRES, G. E. Dossiê Formação Inicial de Professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 783–787, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iEsp.1.14914. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14914 . Acesso em: 11 maio. 2026.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MAIA, Ana Cáudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual: Princípios Para Ação**. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v15, n1, p. 75-84, 2011. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37798854/Texto_Educacao_Sexual_Principios_para_Acao-libre.pdf?1433204306=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEducacao_Sexual_principios_para_acao.pdf&Expires=1783206952&Signature=Cm1pllFWFK70~8Lqo1O0LnMWAlNwLPLlY6BVT6Sdm3ay0jjx70s2ptLf6jT6bGeDeVMnkWbuLqkFL1pmo0AAecAkBuzcxJVtqVeO0rZlrKWuz64XH-X1~~JGa-c7PqJODnNApQX5pfdXNxeY~aYlN8zMH6yj-p1fq0BQl5VjgUhsqhKb3uZ1rpFzVKrsgflxbL-Dx7GI~NP2vawtIHrhaiOHoJGVzHMoXS~nOOViU2qRgHqvD-7J6ARdJ2j1WjbEd0FL0XG8C2nFvlCG3yJ~24h-57jtKXniqeSWqecfy-lygh47cmOKMD-1uCpYf1C2zxNLmNkUxeXeHw58-903QQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso 10/ 05/ 26

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Erika Benigna; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; PAULA, Fernanda Cristina. Racismo recreativo em corpos-território de adolescentes negros na escola. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/hjqcrNYfqVWkQhbRs7ZDjwH/?format=pdf&lang=pt . Acesso em:23/08/2026

PESTANA, Fernando. **A Gramática para concursos públicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

SANTOS, J.C.; GAGLIOTTO, G.M. **"Sexualidade desviante de Maria: um caso de perversão feminina".** Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador: UNEB, 2017.

MACIEL, Talita Santana; DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Desafios à educação frente aos "novos" direitos humanos: a construção da categoria de gênero junto aos movimentos feminista e LGBT. **Itinerarius Reflectionis**, v. 13, n. 2, p. 01-19, 2017. Disponível em: https://revistas.ufg.br/rir/article/view/45424 . Acesso em 23/08/2026.

VIEIRA, Viviane Cristina; GONZALEZ, Carolina Gonçalves. **Seleção lexical e relações semânticas das co-ocorrências de gênero e sexualidade nos parâmetros curriculares nacionais**. Alfa: Revista de Linguística, São José do Rio Preto, v. 63, n. 1, p. 153-180, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alfa/a/5LKc6L5jLGDpN387hvvrgrt/?format=html&lang=pt# Acesso em: 04/07/26